

O ESTADO DE GUERRA GLOBAL: SOBRE O PAPEL DA OTAN EM CONFLITOS INTERNACIONAIS

André Santos da Rocha – UFRRJ

asrgeo@ufrj.br

Jefferson de Oliveira Vinco – UFRRJ

jeff.vinco@yahoo.com.br

RESUMO

O estado de Guerra Global se constitui como a conjuntura onde a guerra é tomada como uma forma de reprodução do poder em escala mundial. Neste contexto, são destacados dois elementos como ponto de problematização: [a] as novas dimensões espaciais e temporais dos conflitos territoriais que se tornaram fugazes; e [b] a legitimidade da intervenção militar posto por um *Estado de Exceção* que se tornou permanente. Esses elementos insinuam a manipulação das intervenções militares, justificadas em “ideais democráticos”, mas que declaram tons de uma geopolítica perversa. O exemplo das ações da OTAN, em especial após 11 de setembro de 2001, serve para demonstrar as novas dimensões de dominação territorial na atual conjuntura e, também, para uma análise no campo da Geografia Política no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Estado de Guerra Global – OTAN – Mundo Contemporâneo – Estado de Exceção.

NOTAS INTRODUTÓRIAS:

O presente trabalho se constitui como produto parcial de pesquisa realizada junto ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas – LAGEPPE, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A proposta central é refletir sobre a configuração mundial de poder e entender seus desdobramentos no campo da Geografia Política.

Entre os propósitos da pesquisa foram elencados o entendimento das geometrias de poder que se constituem após os atentados de 11 de setembro de 2001.

A partir de uma revisão da literatura sobre a conjuntura política do cenário internacional - em autores como Eric Hobsbawm (1995, 2008, 2007), Michel Hardt e

Antoni Negri (2010, 2005), Antonio Negri (2005), John Agnew (2008), David Harvey (2009) e Chomsky (2004) -, percebemos que a ordem mundial de poder apresenta-se com forma de reproduções diferentes de outros momentos. Formas que se alimentam, ao mesmo tempo, das redefinições espaço-temporais dos velhos atores – novas políticas de Estado e das Organizações Internacionais, de fenômenos - como a guerra e a forma de obtenção da mais-valia, e da ascensão e estratégia territorial de novos atores, tais como o terrorismo global.

Para Gilberto Dupas (2008) emergência do “terrorismo global” detonou formas brutais de intervenção e alimentou um posicionamento que, ao mesmo tempo, redefinia os papéis na ordem de poder global. Essa redefinição expunha a dúvida que sobrevinha ao novo quadro da hegemonia mundial, que poderia se consolidar por uma multipolaridade - pensando a perspectiva do comércio mundial e os centros de poder capitalistas (HAESBAERT, 2001). Ou por uma unipolaridade - centralizada no poderio bélico-militar Norte-Americano (HUNTINGTON, 2008). Perspectivas que se revelam atualmente, calçadas num acrônimo destes dois: *unimultipolaridade*.

A perspectiva da unimultipolaridade é inclusive ressaltado por Samuel Huntington (2008, p. 138) quando escreve que “atualmente está atravessando uma ou duas décadas de sistema unimultipolar”, posto pelo visível declínio da uma hegemonia Norte-Americana.

Eric Hobsbawm (2008) também destaca que, em parte o desgaste da hegemonia estadunidense, se deu ao mesmo tempo: [a] nos resultados dos atentados de 11 de setembro de 2001, que destituíram sua invencibilidade militar diante da invisibilidade e imprevisibilidade espacial das ações terroristas, trazendo no dizer de Gilberto Dupas (2008) uma nova assimetria neste campo; e [b] pelas políticas “imperialistas do medo”, que não foi tão bem aceita diante da “santificação” de uma guerra global contra o terror e seus aliados.

Outrossim, a atual conjuntura e as ações desencadeadas revelam estratégias que envolvem desde a organização espacial em rede, onde a perspectiva do território é reconhecida em outros moldes. Seja na construção de estratégias de intervenção, seja na forma ideológica de construção dos conflitos

consagrados em ideais fragilizados de democracia e justiça. Que, em conjunto, consagram um *estado de Guerra Global* (HARDT; NEGRI, 2005).

Entendemos que esse *estado de Guerra Global*, se constitui como a conjuntura onde a guerra se torna uma forma de reprodução de poder e afirmação ideológica e territorial de dominação. Revelado-se um campo fértil para reflexões no campo da geografia Política.

Neste sentido, podemos fazer uso das palavras de John Agnew (2008, p. 211):

Um grande esforço recente dentro da geografia política tem sido destinado a superar a oposição problemática entre, por um lado, um território estatal isolado, com completa soberania, e, por outro lado, o imperialismo da subordinação territorial dentro de um império.

Destarte, a proposta deste artigo ao pensar a constituição deste *estado de Guerra Global* como conjuntura de análise para a Geografia Política nos obriga a ir além de uma revisão bibliográfica. Assim, analisar-se-á como exemplo o papel e a estratégia da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN em intervenções militares. Delimitaremos as intervenções ocorridas após os atentados de 11 de setembro de 2001.

A escolha da OTAN como exemplo se dá por sua história de vínculo com a hegemonia e estratégia de poder Norte-Americana, e que, por se tratar de uma organização militar, “legitimou” suas participações em “novas guerras” na conjuntura atual.

Ainda, é interessante destacar que o discurso dos países membros da OTAN, e logo de suas intervenções, se desdobram em torno de uma “democratização”, tomando como modelo a democracia do ocidente (HOBBSAWM, 2007). Entretanto, nos questionamos: *seria a democracia uma justificativa do imperialismo da subordinação territorial?*

De todo modo, para melhor elucidar os apontamentos da pesquisa o presente texto se subdividirá em duas partes, a saber: [1] o que seria o Estado de Guerra Global? – neste trecho destacaremos o contexto histórico e as bases que envolvem a constituição de uma conjuntura na geografia do mundo contemporâneo; e [2] a OTAN: Intervenções Na Conjuntura Atual- nesta parte analisaremos as

estratégias de intervenção desta organização na atual conjuntura, onde poderemos entender as estruturas territoriais de dominação.

O QUE SERIA O ESTADO DE GUERRA GLOBAL?

O estado de Guerra Global corresponde à conjuntura onde a “guerra se transforma num fenômeno geral, global e interminável” (HARDT; NEGRI, 2005, p.21). A conjuntura política que se instala é produto de um desdobramento da “era dos extremos” (HOBBSAWM, 1995), onde o século XX produziu uma forma de poder centralizada em desastrosas e violentas formas de intervenção.

No dizer de Eric Hobsbawm (2002), esse período foi tomado por uma “epidemia da guerra”. A capacidade de destruição que alguns grupos possuem devido ao desenvolvimento da tecnologia que pôde ser facilmente aplicado ao armamento bélico, trouxe outra tônica à noção de guerra¹.

Essa “epidemia” logrou-se por modificações espaço-temporais daquilo que chamamos de guerra, onde seus “limites se tornaram indeterminados” (HARTD; NEGRI, 2005, p. 35), por três razões intrínsecas e complementares.

Em primeiro lugar, ao longo dos séculos XX e início do XXI, os conflitos passaram a se constituir com dimensões temporais e territoriais menores, contudo contínuas (HOSBAWM, 2007). A versatilidade dos embates foi incorporada como forma de reprodução de um poder financeiro e político, vide o papel que a guerra possui na economia de países como Inglaterra e Estados Unidos (BENN; LEYS, 2005).

Em segundo, porque as escalas territoriais de interesses se imbricam, onde as políticas de defesa externa do Estado se misturam com as políticas de segurança interna. Assim há uma multiescalaridade do fato político, logo o jogo das escalas não pode ser ignorado (CASTRO, 2005). Uma vez que as guerras se tornam, ao mesmo tempo, locais e globais ela revela tanto interesses de dominação geoeconômica quanto geopolítica (AGNEW, 2008).

¹ É importante salientar que o conceito tradicional de guerra está sedimentado no conflito territorialmente definido entre dois Estados soberanos - dominante ao mesmo tempo de respaldo jurídico e de poderio bélico. Entretanto, a capacidade destrutiva posto pelo avanço tecnológico e a emergência de novas formas de filiação [caso das identidades] coloca novos atores com poderes de destruição muito próximo aos estados, ampliando a escala e efeitos dos conflitos e logo da guerra.

Por último, podemos destacar a reorientação da forma de organização espacial e emergência de novos atores, como o terrorismo globalizado, que impõem uma nova lógica de combate. Destarte, a organização em rede se constitui pela presença fugaz que impede o combate ostensivo a diferentes organizações criminosas. Esta forma de presença fugaz se dá pela apropriação da tecnologia que permite estabelecer conexões com diferentes pontos do planeta e alicerçar interligações entre diferentes grupos. Elemento de suma importância para compreender as falhas no combate ao terrorismo que ainda se revelam num combate territorial zonal [intervenções militares em alguns países] e não em sua forma reticular [ações coordenadas suprimindo os fluxos]. O combate ao terrorismo se tornou “a nova coqueluche” nas geometrias de poder global, que serviu de pressuposto para imposição de um ideal de democracia, à moda hegemonia estadunidense.

Na análise conjunta destes fatores, é importante mencionar a constituição de uma hegemonia Norte-Americana da qual tomou o medo e a guerra como parte da sua política para o mundo. Exemplificados, no período atual, no combate ao terrorismo global. Segundo Eric Hobsbawm (2007, p.46) essa política se mostra pela “retórica do medo irracional”, onde a paz e a segurança internacional deveriam ser constituídas a qualquer custo.

Nessa conjuntura isso só é possível diante da construção de um *Estado de Exceção*² (AGAMBEN, 2004), um estado temporário que se tornou permanente. E, ainda, no exercício do *Biopoder*, onde se propõe o controle sobre a vida e de seu modo de reprodução. Onde se delibera um controle parcial e muitas vezes total sobre a circulação de informação, pessoas e formas de pensamento³.

No compasso de um estado de guerra global, as políticas Norte-Americana e Inglesa no combate ao terrorismo e a países do Eixo do Mal, se revelavam como justificativa numa política imperial para o mundo. Suas intervenções militares estão

² O Estado de Exceção é uma forma jurídica onde o Estado se permite suspender os direitos gerais em prol da segurança interna e externa do mesmo. A instalação deste regime jurídico acontece diante de conflitos internacionais. Entretanto, atualmente este tem se tornado um instrumento cada vez mais presente, assim como a guerra. Sobre temática ver AGAMBEN (2004) e HARDT e NEGRI (2005).

³ Um exemplo das ações biopolíticas dos EUA é a aplicação de um programa chamado ENCHELON, que tem como objetivo mapear as informações processadas na Internet a partir do envio de e-mails. Ação que viola direitos de informação e se constitui como um grande “panóptico Global, que pode colocar tanto amigos quanto inimigos sob uma vigilância constante” (GILL, 2005, p.55).

diretamente associadas aos interesses comerciais e políticos, em contrapartida da imposição da uma retórica democrática (KURZ, 2003). O *Estado de Exceção* ganhou projeções de “legitimidade” que permitem incursões desastrosas contra possíveis inimigos e ainda vigiar o próprio território com medidas que preventivas de suspensão de direitos civis.

As intervenções militares no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) e posteriormente na Líbia (2012) traduzem de certo modo as contradições impostas por essa nova conjuntura, que nos induz a pensar as estratégias de intervenção justificadas diante de uma “paz” forjada a ferro e fogo. Neste sentido, poderíamos pensar a OTAN, como produto da influencia da política americana e como parte das políticas de dominação territorial neste contexto? Para tanto, é necessário entender a história de criação desta organização militar bem como as suas ações no período atual.

A OTAN: INTERVENÇÕES MILITARES NA CONJUNTURA ATUAL.

Criada há 62 anos no período pós-guerra e no início da chamada Guerra Fria a OTAN tinha seus objetivos bem definidos - defender os países aliados da ameaça comunista⁴.

Dentro do panorama da Guerra Fria os pactos militares foram essências, e OTAN adquiriu um posicionamento primordial nas políticas de defesa e intervenção do dito mundo capitalista. Com o fim deste período, a OTAN aprofundou-se ainda mais nos assuntos que envolvem grandes conflitos internacionais, quase como uma “polícia do mundo”. Manifestando, assim, um imperialismo globalizado.

Com a queda da grande rival URSS, o fim da guerra fria se faz inevitável pelos EUA. Começa-se então uma nova espacialidade da hegemonia norte americana, as redes hierárquicas na qual os centros, semiperiferias e periferias se conectam por fluxos de comércio, pessoas, culturas, investimentos. Ou seja, um novo ordenamento das transações econômicas e políticas mundiais, onde se produz um desenvolvimento ainda mais desigual (AGNEW, 2008).

⁴Cabe mencionar que os 12 membros fundadores faziam parte do então primeiro mundo capitalista: Bélgica, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido [Europa Ocidental]; o Canadá e o Estados Unidos [América do Norte].

É exatamente nesse cenário que analisaremos as mudanças de objetivos que necessitaram ser feitas na OTAN e pensar qual será a nova utilidade desta e quais serão os novos objetivos engendrados numa conjuntura onde as “guerras se tornaram totais”.

O que sabemos é que com o fim da guerra fria novos pretextos precisariam ser criados para legitimar as ações dos EUA e, também, as intervenções da OTAN (CHOMSKY, 2003). Refletir sobre a hegemonia estadunidense no âmbito deste trabalho é de fundamental importância, pois mesmo sendo uma aliança militar entre vários países, esta aliança sempre esteve sob o controle dos Estados Unidos. Pensa-se então na manutenção da paz, no combate ao terrorismo - “guerra ao terror” - e na proclamação da “democracia” em países “não democráticos”.

Noam Chomsky (2003) destaca que a guerra fria se mostrou como um constructo ideológico, na qual os interesses Norte-Americanos eram claros: manter a existência de um arque rival. Assim era possível articular inúmeros interesses. Entre esses: disciplinar os países aliados e tomar medidas unilaterais sem discussões ou negociações (AGNEW, 2008).

O fim da Guerra Fria reverberou novas oportunidades para espacialidade hegemônica Norte-Americana, mas, também, faz surgir complicações nas relações entre os EUA e seus aliados, porque sem a existência de um inimigo não seria mais necessário seguir as agendas ditadas pelo governo de Washington.

Contudo, nos prenderemos a analisar as espacialidades da Organização do Tratado do Atlântico Norte e assim problematizarmos os discursos que legitimam as atuações desta organização nesta atual conjuntura. Das diversas intervenções da OTAN explicitaremos as três mais recentes.

Afeganistão

A invasão no Afeganistão se deu também sobre o argumento da guerra ao terror, logo após o atentado de 11 de setembro em Nova York. Segundo Chomsky (2003), essa guerra representou um combate dos Estados Unidos contra a ALQAEDA. A OTAN nas palavras de uma estudante afegã foi a seguinte “Os Estados Unidos invadiram meu país sobre a bandeira dos direitos das mulheres,

direitos humanos e democracia, mas hoje estamos tão longe desse objetivo como estamos em 2001” e ainda completou dizendo “Eles mantêm a situação sem lei e insegura a fim de ter uma desculpa para ficar no Afeganistão, e alcançar seus próprios objetivos”⁵.

Os bombardeios da OTAN no Afeganistão desestabilizaram, até mesmo, as ajudas humanitárias. Desde 2003, a OTAN está à frente na transição de governo no Afeganistão⁶. E apresenta zonas de controle com bases militares Norte-Americanas em pontos estratégicos do país - rotas de circulação de petróleo e áreas de produção da papoula. Ver figura 1.

Ainda, é importante mencionar, que segundo dados o ISAF – International Security Assistance Force / OTAN (2003) na transição de governo no Afeganistão, os Estado Unidos e o Reino Unido, eram os que mais dispuseram tropas, respectivamente 68.000 e 9.600 mil soldados.



⁵ Falas Malalai Joya, disponíveis em: <http://www.malalaijoya.com/dcmj/portugese/650-o-fracasso-dos-eua-no-afeganistao.html>. data do acesso: 15/12/2011.

⁶ Informações disponíveis no sitio oficial da OTAN. <http://www.nato.int/cps/en/natolive/69772.htm>. Data do acesso: 01/12/2012.

Figura 1 – Mapa dos Comandos regionais e Maiores tropas no Afeganistão. Fonte: ISAF – International Security Assistance Force, dez, 2003. p. 3.

Iraque

A intervenção no Iraque detonada em 2003, a revelia do Conselho de Segurança da ONU. Foi a intervenção mais midiática de todas feitas pela OTAN. Os EUA de George W. Bush e associado principalmente ao Reino Unido, com apoio do primeiro-ministro Toni Blair, que decidiram invadir o Iraque em busca de supostas armas de destruição em massa, que nunca foram encontradas.

A guerra e ocupação do Iraque nunca assumiram o caráter de operação da OTAN, porque alguns de seus membros foram contra. Entretanto, segundo informações do WIKILIKS, estima-se que 63% dos mortos nestas incursões foram civis, demonstrando o caráter violento das incursões. É interessante frisar que os números de civis mortos no Iraque foi maior que na Primeira Guerra Mundial (5%) e pouco menor que o da Segunda Guerra (66%). As dimensões da guerra foram tão perversas que, segundo dados da Organização Internacional da Migração, nos quatro anos entre 2006 e 2010, até 1,6 milhão de iraquianos foram desterritorializados, correspondendo a quase 5.5% da população total do país. Atualmente, os Estados Unidos vem promovendo a “redemocratização” do Iraque, aos moldes ditatoriais e apoio de grandes empresas multinacionais.

A mais nova intervenção: Líbia

Recentes acontecimentos no norte da África e no Oriente Médio tem chamado atenção das mídias internacionais, civis protestando por seus direitos e querendo derrubar regimes ditatoriais em seus respectivos países. Os ideais alcançam a Líbia, onde o presidente (ditador) Muamar Kadafi se perpetuava no poder por 42 anos. Com os focos de protestos se multiplicando Kadafi decide atacar os revoltosos, começa aí um grave derramamento de sangue. Os rebeldes dominam a capital Trípoli e a Organização das Nações Unidas decidem atuar no território líbio para evitar um massacre na população.

Mais uma vez a ONU recorre ajuda da OTAN para supostamente manter a paz mundial. Entretanto, é necessário analisar quais foram os interesses por trás do discurso de pacificação. Existe um motivo em especial para OTAN (e seus respectivos países) quererem controlar através de intervenções o oriente médio e partes da África, controlar as rotas de petróleo é de vital importância para instituir a soberania dos aliados, em particular Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha.

Em 20 de agosto é declarado morto o então presidente líbio Muamar Kadafi. O mais curioso é que logo após a morte 80 empresários franceses foram à Líbia para reconstruir o país. Interesses econômicos são claros, o suposto governo de transição da Líbia vai priorizar a quem? O futuro mostrará como essa geopolítica se desenrolará. Para Mike Davis (2011), a dita “primavera já encontrou o Inverno”, as revoluções no mundo árabe, assim como na Líbia, revelam como as forças impositivas de poder se mostram por vezes desastrosas e algozes de outros interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - UM BALANÇO GEOPOLÍTICO.

Quando observamos as estruturas políticas mundiais percebemos a existência de uma geopolítica da globalização contemporânea (AGNEW, 2008). Na qual nós faz entender porque a OTAN é tão necessária neste novo período, servindo como argumento num estado de Guerra Global, a intervenção militar se torna uma saída possível diante da ruína da hegemonia norte-americana, posta pelas crises econômicas e políticas externas desgastadas.

Aliás, as três intervenções que foram abordadas neste artigo, ocorreram no Oriente Médio e no norte da África [localizado próximo à região citada]⁷. O que segundo Chomsky (2003, p. 75) revela a grande preocupação com as incomparáveis reservas de energia desta área:

e que essas reservas [no oriente Médio] deveriam ser incorporadas no sistema dominado pelos Estados Unidos (...) o departamento de Estado

⁷ Embora não seja a proposta deste trabalho, as políticas de combate ao terrorismo é fruto de estratégias regionais em torno de geopolítica do petróleo. As distintas intervenções no Oriente Médio e em diferentes partes do mundo pelos governos Ingleses e Norte-Americanos são produtos intermináveis da necessidade de filiação territorial na manutenção de governos alinhados com suas políticas para o abastecimento do petróleo. Ver Kurz (2003), Harvey (2009), Stokes (2005).

norte americano descrevia a região como uma fonte estupenda de poderio estratégico e um dos maiores troféus materiais da história mundial
.[Adaptado]

Sendo assim, é possível associar que o fator petróleo foi um importante fator para despertar as inúmeras intervenções no Oriente Médio e em regiões próximas. Esse imenso interesse pelo Oriente Médio nos traz a ideia de um território como recurso e poder (RAFFESTIN, 1993).

Portanto, a OTAN funciona como legitimadora de dominação de um território que é extremamente necessário para os EUA e seus aliados. As intervenções invadem um território específico, o bombardeia, desestrutura toda uma organização populacional, destrói uma infraestrutura já precária e começa a influenciar a negociações sobre o petróleo, a partir da instalação de governos “democráticos” alinhados as suas políticas imperiais.

Dessa forma, podemos compreender como a espacialidade da OTAN se configura como resultado da política militar imperialista. Ao camuflar os ideais da democracia e justiça (AGNEW, 1996) ela consolida em uma verdadeira geopolítica do terror.

As operações de apoio à paz realizada pela OTAN foram exaltadas em todo o globo, mas cabe a nós analisarmos em quais situações essa paz foi encontrado e quais os interesses que estão envolvidos nela.

Os atentados de setembro de 2001 nos Estados Unidos proporcionaram e legitimaram a existência de uma força armada que combatesse o terrorismo. A OTAN ganha então com isso uma estrondosa força, a guerra ao terror se torna um fator necessário na legitimação das invasões no Oriente Médio. As mudanças nos objetivos são evidentes, foi necessário transforma-los, pois qual seria a necessidade dessa aliança militar nos panorama mundial pós-Guerra Fria? Não havendo mais a rivalidade contada pela história convencional da Guerra Fria - capitalismo versus socialismo - essa se constitui como um bastião de uma geopolítica perversa, onde a guerra em prol da “democracia e da paz” se tornou o fio condutor que legitima a dominação territorial.

Outrossim, Acreditamos que não há no mundo instituição ou aliança capaz de proclamar democracia e justiça. Uma vez que essas noções foram abandonadas nos pleitos internacionais quando da desobediência Norte-Americana na Invasão do

Iraque, e, sobretudo, na forma coercitiva e violenta que provocou o massacre de civis. Neste sentido, cabe nos perguntar: *que tipo de democracia é esta?*

Destarte, os apontamentos feitos neste trabalho, sobretudo, na conjuntura do *estado* de Guerra Global, abrem novas possibilidades de análise para o campo da Geografia Política, uma vez que se colocam como ponto de pauta as ideologias geográficas contidas nos ideais de democracia para discutirmos a questão territorial no mundo contemporâneo, além de pensar como podemos contribuir no entendimento das novas geometrias de poder.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGNEW, John. A nova Configuração do Poder Global. **Revista Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, Maio/Ago. 2008.

_____. Democracy and human rights after the Cold War. In: JONSTON, R.J; TAYLOR, P; WATTS, Michel. **Geographies of Global Change**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996. pp.82-96

ISAF – International Security Assistance Force, dez, 2003. Disponível em:<<http://www.nato.int/isaf/docu/epub/pdf/placemat.pdf>>. Data do acesso: 05/12/2012. [relatório das intervenções e das ações na transição do governo]

BENN, Tony; LEYS, Colin. Bush y Blair: Irak y El virrey norteamericano del Reino Unido. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed's). **El império recargado**. Buenos Aires, 2005, pp. 351 - 362.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHONSKY, Noam. **O Império Americano - Hegemonia ou Sobrevivência**. São Paulo: Campus, 2004.

_____. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DAVIS, Mike. Spring confronts Winter. **New Left review**, nº72. p.5-15. Nov-Dez, 2011,

DUPAS, Gilberto. Fundamentos Contradições e Consequências hegemônicas. In: LAFER et all (org's). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp.211-232.

GILL, Sthepen. Las contradicciones de La supremacia de Estados Unidos. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed's). **El império recargado**. Buenos Aires, 2005, pp. 39 - 67.

HAESBAERT, R (org.). **Globalização Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói, EDUFF, 2001.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. 9ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010
_____. **Multidão**. Guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. **On Empire**. America, war, and global supremacy. New York: Pantheon Books, 2008.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

_____. A epidemia da guerra. **Folha de São Paulo**, 14 de abril de 2002.

_____, **Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995,

HUNTINGTON, Samuel. A superpotência solitária. In: LAFER et all (org's). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp.135-152.

KURZ, Robert. **A guerra do ordenamento mundial**. (2003). Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz133.htm>> data do Acesso: 07/07/2012.

NATO - Site da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Disponível em: <<http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>>. Data do acesso: 15/12/2012.

NEGRI, Antonio. **Guías - Cinco lecciones em trono a império**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

STOKES, Doug. Terrorismo, petróleo y capital: La contrainsurgencia norteamericana en Colombia. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed's). **El império recargado**. Buenos Aires, 2005, pp. 277 – 296.